



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELAINE BARBOSA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS NO ENSINO
FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DE REDENÇÃO (CE)**

ACARAPE - CEARÁ

2023

ELAINE BARBOSA SILVA

Educação inclusiva: desafios e aprendizagens no Ensino Fundamental I em uma escola de Redenção (CE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Dra. Maria Alda de Sousa Alves

ACARAPE– CEARÁ

2023

DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

FOLHA DE APROVAÇÃO Acarape, ____ de _____ 2023

ELAINE BARBOSA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS NO ENSINO
FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DE REDENÇÃO (CE)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Maria Alda de Sousa Alves (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a. Dra. Joana Elisa Rower (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

*"Ninguém é igual a ninguém, todo ser humano é
um estranho ímpar."*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências/transtornos, visando compreender o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. A pesquisa será realizada na Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, fundamental I do ensino regular, no município de Redenção-Ceará, tendo como objetivo principal identificar quais principais barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem deficiências/ transtornos no ambiente escolar. A metodologia utilizada baseia-se em levantamento bibliográfico de Carlos Antônio Gil (2002), Mantoan (2006), Paulo Freire (2002), Rosita Edler Carvalho (2005), Tatiana Gerhard (2009), Vygotsky(2011), análise de documentos e dispositivos jurídicos Declaração de Salamanca, Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional da Educação Básica, A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Foi realizado um estudo exploratório de campo, através de questionário aplicado junto a professores e gestão escolar, no intuito de verificar como ocorre, na prática, a inclusão na sala de aula, bem como se dá a participação da família no tocante ao processo de ensino e aprendizado desses alunos. Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso pretende trazer uma reflexão sobre a educação de qualidade como um direito de todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Escola. Família. Integração.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 Educação para Todos: Aspectos Legais	17
4 OBJETIVOS	20
4.1 Objetivo Geral	20
4.2 Objetivos Específicos	20
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
5.1 Local da Pesquisa	22
5.2 Instrumento utilizado para a coleta de dados exploratórios primários	24
5.3 Análise preliminar de dados primários	25
5.4 Resultado dos dados exploratórios	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender como ocorre o processo de inclusão nas escolas de ensino infantil, bem como a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, selecionou-se uma das escolas do município de Redenção (Ceará), procurando observar essa interação social por meio da prática educativa. Nesse sentido, cabe destacar que a escola, enquanto instituição social, deve estar apta para acolher, sendo esta uma determinação presente na Constituição Federal de 1988, ao assegurar o direito à educação a todo/a cidadão e cidadã brasileira, garantindo seu acesso e permanência.

Dessa maneira, a principal finalidade desta pesquisa visa identificar quais e/ou que tipos de barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem deficiências e transtornos de desenvolvimento. Diante desse intento, foi aplicado um breve questionário na Escola Dr Edmilson Barros de Oliveira, com o principal objetivo de analisar e coletar dados exploratórios para este projeto.

A educação é um fenômeno universal, sendo uma atividade primordial para o desenvolvimento humano e social. Segundo Vygotsky (2011), socializar faz com que a criança interaja em diversos ambientes, situações e pessoas, e essa interação é a principal esfera do desenvolvimento. A influência do meio sociocultural proporciona, assim, o desenvolvimento de capacidades cognitivas e físicas, facilitando a interação e participação na sociedade.

Na atualidade, não se deve pensar a escola apenas como transmissora de conteúdos, mas como um ambiente de aprendizados, vivências, conquistas, afetos, socialização, integração, inclusão e democracia, pois quando se fala em universalização dos direitos humanos parte-se da premissa da igualdade, mas uma igualdade que não se estabeleça em critérios de mesmas características físicas, intelectuais e motoras.

Na fundamentação teórica deste projeto optou-se por mencionar os seguintes leis, documentos e autores, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Declaração de Salamanca (1994), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), e autores como Carlos Antônio Gil (2002), Mantoan (2006), Paulo Freire (2002), Rosita Edler Carvalho (2005), Tatiana Gerhard (2009), Vygotsky (2011). A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa constitui-se, assim, de pesquisa bibliográfica, análise de dispositivos jurídicos e documentos. Para fins de coleta de dados

exploratórios primários, bem como para um melhor embasamento na construção deste projeto, aplicou-se um questionário junto a professores e gestão da escola em estudo.

2 JUSTIFICATIVA

O meu interesse em pesquisar sobre a Educação Inclusiva se deu em função de ter duas irmãs com deficiência e, assim, esse contexto despertou a minha curiosidade, pois sempre vi nelas motivos para pesquisar sobre a temática. Dessa forma, por meio desta experiência familiar, percebi um pouco dos desafios, seja na adaptação, na forma do ensino e aprendizagem, nas brincadeiras que elas experimentavam na escola.

No ano de 2022 foi lançado pela Prefeitura Municipal de Redenção (CE) o Edital de Cuidadores¹, o qual ofertava vagas para estudantes universitários, na condição de estagiários, auxiliarem crianças com deficiências. Refleti que pleitear uma vaga na seleção deste edital seria uma oportunidade de desenvolvimento do TCC devido à oportunidade de decidir o que iria, de fato, pesquisar. Participando do processo seletivo do referido edital, fui selecionada e alocada para a Escola de Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção (CE).

A partir dessa experiência, atuando como cuidadora na citada escola, observei o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. No cotidiano das atividades, percebi a existência de um certo modelo padrão de educação que, apesar de bastante aplicado, necessita ampliar conhecimentos, mas conhecimentos construtores de saberes diversificados, multiculturais e inclusivos.

Nessa perspectiva, de acordo com Mantoan (2003), a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais serão excluídos/as. É necessário ir além, ultrapassar barreiras, preconceitos, quebrar paradigmas, estereótipos e se tornar uma sociedade mais acolhedora e inclusiva, principalmente, nos espaços educativos. Entretanto, durante todo o processo, a inclusão sempre foi campo de discussões, apontamentos e barreiras que dificultam o avanço do corpo social inclusivo comprometido com o público. Dessa maneira, torna-se importante um olhar geral e crítico capaz de fornecer reflexões transformadoras e novas práticas pedagógicas para a educação inclusiva.

A escola, enquanto instituição e produtora de conhecimento, tem como grande desafio tornar-se inclusiva, permitindo a todas as crianças frequentar o mesmo ambiente escolar, sem nenhuma restrição. No entanto, falar de inclusão implica mencionar sobre direito

¹ EDITAL Nº 001/2022. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/publicacoes.php?id=719>

à igualdade e direito à diferença, porém habitamos em um mundo que, por mais que tente se apresentar como homogêneo e pluricultural, tem em suas estruturas facetas de práticas que excluem e discriminam. Sobre essa questão Carvalho (2005) diz:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72)

Incluir significa respeitar a diferença, mas não no sentido de desigualdade. Uma diferença que contempla os princípios de que todos/as são iguais perante os direitos, seja de liberdade de expressão ou igualdade de oportunidade.

A realidade da Educação Inclusiva no Brasil ainda é um cenário muito difícil, devido às diversas precariedades enfrentadas pelas escolas, seja a falta de estrutura física, materiais, recursos e equipamentos adaptados, professores que não têm formação adequada. Esses fatos configuram-se como desafios para a garantia da permanência e a aprendizagem dos alunos/ as que apresentam especificidades cognitivas, sensoriais ou físicas no ensino regular.

Os laudos médicos acabam impedindo o entendimento da inclusão dentro das instituições escolares. Uma escola inclusiva não exclui alunos devido a um laudo, tão pouco os estigmatiza. Não subentende, portanto, que o trabalho pedagógico seja de natureza classificatória, partindo de uma identidade fixada de seus alunos. Nesse sentido, Mantoan (2022) argumenta que:

a concepção médica da deficiência dificulta o entendimento da inclusão. Ela adentra facilmente às escolas e influencia diretamente o modo como os professores atribuem, a certos alunos a incapacidade de aprender como os demais colegas. Tais atribuições são devidas aos laudos, relatórios e demais prescrições que induzem os professores a pensar que não estão preparados para ensinar os estudantes assim considerados. (MANTOAN, 2022, p.33).

Diante desse contexto cabe indagar: como funciona o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças? Sobre essa questão a Constituição Nacional Brasileira de 1988 assegura o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994)

Tencionando essa problemática, a Constituição Nacional Brasileira (1988) menciona ainda que

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei de nº 9.394), fala que é dever das escolas públicas ou privadas possuir o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade em Educação Especial, em seu 1º Art. salienta que

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (LDB, 1996, p.03).

As atividades que são desenvolvidas pelo o AEE são diferentes das atividades desenvolvidas no ensino regular, uma vez que as primeiras visam atividades lúdicas, organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade em prol de amenizar barreiras que dificultam o desenvolvimento das pessoas com necessidades específicas. Ainda segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), toda e qualquer instituição tem o dever de receber pessoas com deficiência, particularmente em seu Art. 4º, como citado logo abaixo:

[...] considera-se público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (LDB, pág. 09, 1996).

Vivemos em uma sociedade que precisa desmistificar o pensamento de que pessoas com deficiência não têm e/ou adquirem a capacidade de desenvolver suas competências no seu dia a dia em sala de aula. Existem Leis e Diretrizes que asseguram e garantem seus direitos, mas nem tudo que existe na teoria é colocado na prática, nem sempre é visto em escolas, nas ruas, nas praças. Não se deve calar em circunstâncias de preconceito e injustiça. Dia a dia as pessoas com deficiência vêm lutando por seus direitos, representatividade e mais espaços na sociedade.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), que trata sobre os princípios e práticas da Educação Inclusiva, “uma alta percentagem de deficiência constitui resultado direto da falta de informação sobre pobreza e baixos padrões de saúde” (BRASIL, 1994, p.46). Contudo o próprio sistema da educação é desigual, de um lado escolas privadas com todos os recursos e metodologias acessíveis, apenas para a elite, de outro lado temos as escolas públicas com nível inferior.

Considerando as questões acima expostas tem-se as seguintes perguntas de partida: Que tipos de barreiras enfrentam os/as estudantes com deficiência no Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção (CE)?

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todo processo histórico deve ser entendido dentro de suas circunstâncias e principalmente, dentro da sua própria história que por certas vezes não é linear. O processo é lento, a desconstrução do pensamento por certo também é. Vivemos em uma sociedade que em vez de agir oprime, no lugar de ajudar exclui, habitamos em um mundo globalizado, mas com raízes presas no passado. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146 de 6 de julho/ 2015, afirma que toda criança tem como parte integralizada a:

I-Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude

ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;. [...] (BRASIL, 2015, p.02).

No decorrer da história as pessoas com deficiência foram vítimas de segregação e exclusão, de modo a não usufruir de diversos direitos. Vivemos neste planeta, buscando nos aprimorar das melhores maneiras possíveis, combatendo nossos instintos mais preconceituosos e violentos, lutando para o progresso e o crescimento da humanidade. No entanto, quando se trata da educação inclusiva, quais foram os avanços ao longo do tempo?

Silva (1987), em um estudo acerca das pessoas com deficiências e suas condições de vida no decorrer da humanidade, explica que não se sabe ao certo o que elas faziam, e nem como viviam, porém, mostra que alguns indivíduos chegaram à vida adulta com alguma deficiência física. Nesta perspectiva, Garcia (2002) menciona que:

Na Roma antiga tanto os nobres quanto os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma que, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriram alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Já em Atenas influenciados por Aristóteles que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que tratar os desiguais de maneira igual constituiu-se em justiça – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade (GARCIA, 2002, p. 10).

Na Antiguidade, principalmente, na Grécia Antiga, onde a perfeição do corpo era venerada, as reações diante das pessoas com deficiência eram o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns lugares, os deficientes eram mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios.

Com base no pensamento de Barbosa (2020), por incentivo desses processos, a eliminação física de pessoas com deficiência não foi mais aceita, porém, elas passaram a ser

excluídas da sociedade sem ter nenhum direito de reivindicar por melhores condições de vida, tornando-se símbolos de estigmatização. Há de salientar que, depois de certo tempo, no período do Renascimento, houve o registro das primeiras atividades laborais e dos objetos de tecnologia assistiva.

No Brasil, as escolas com acesso à educação para as pessoas com deficiência tiveram um crescimento ao longo do século XX, proporcionando direitos básicos, uma participação social mais integrada. Com a colaboração da Convenção Internacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (2007), se construiu uma sociedade de todos para todos. Porém, mesmo sendo discutido por movimentos políticos, as instituições educativas continuaram negando a participação de pessoas com deficiência na sociedade, implantando o modelo segregado e partindo de uma premissa na qual a deficiência era algo que limitava acessar certos lugares e desenvolver atividades importantes. Conforme Mantoan (2020):

[...] A função da escola especial era “consertar” o sujeito inadequado, a fim de que eles pudessem, ao máximo possível, se aproximar do que se considerava normal, adequado, aceitável. Termos como alunos “educáveis”, “não adequáveis”, “treináveis”, faziam partes do cotidiano da escola especiais. [...] (MANTOAN, 2020, p. 184).

Nos anos 2000, profundas transformações aconteceram na concepção de deficiência, principalmente, com o advento da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007), possibilitando maior liberdade de conhecer a diversidade humana. Muitas das vezes os argumentos que são criados iniciam-se por desacreditarem do processo de inclusão, motivados por modelos já estabelecidos, e justamente esses modelos são excludentes. Nem mesmo todas as pessoas que são reconhecidas nos padrões “normais” conseguem se incluir completamente.

São esses fatos que motivam a inquietação da inclusão, a qual busca a sistematização e um novo modelo educacional. Este que acima de tudo busca valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades, de maneira que garanta a universalização e respeito às diversidades. Sobre essa questão, Mantoan (2003) destaca:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN, 2003, p.12)

Com base nas reflexões de Mantoan (2006), pode-se afirmar o antigo padrão da modernidade ainda debate que o conhecimento está passando por uma reintegração, de maneira que as diferenças culturais, étnicas e religiosas, estão sendo destacadas como principal fator para entendermos o mundo. As tecnologias de informação estão trazendo novos marcos e rompendo visões pragmáticas, estabelecendo melhor compreensão entre as pessoas, o nosso universo é laico e adaptável às transformações, e vai muito além do que a ciência moderna mostra.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar (MANTOAN, 2003). O fato é que as escolas democratizaram os grupos escolares, porém não se torna pluricultural e diversificado. Os ensinamentos curriculares das escolas estão organizados em disciplinas, com isso ocasionou-se a separação do conhecimento, e não mostra a ressignificação dos aprendizados.

A realidade está atrelada a um sistema de classificação, mostrando uma racionalidade idealizada, dividindo os/as alunos/as em normais e deficientes, com modalidade regular e especial professores especialistas naquela área. Muitos estudantes foram excluídos do ensino regular, não tiveram o prazer de se beneficiar com o direito à educação.

Nesse viés, uma metodologia inclusiva requer mudanças profundas. É um trabalho coletivo de todos em prol de uma sociedade justa, inclusiva. Sobre isso Freire (2002), afirma que

(...) à medida que temos uma posição de respeito frente às diferenças humanas, sejam elas de que ordem for, vamos delineando espaços em que as posturas de segregação vão perdendo campo de atuação e deixando de influenciar as práticas pedagógicas discriminatórias. Decorre deste pensamento que: “o respeito, à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros. (FREIRE, 2002, p. 66).

Por conseguinte, todos têm o mesmo direito à educação de qualidade. Incluir alunos com deficiência no ensino regular foi uma grande conquista, mas ainda não é suficiente. É preciso uma mudança dentro do próprio sistema Educacional, este que por muitas vezes promove a exclusão.

3.1 Educação para Todos: Aspectos Legais

A Declaração de Salamanca (1994) possibilitou novas demandas e oportunidades, reforçando a ideia de uma educação para todos, como parte integrada no sistema educacional. Focando em melhorias de acesso à educação para pessoas que ainda são desprovidas, garantido que jovens se tornem parte integralizada do ensino regular, declarando o direito de toda criança ter uma educação de qualidade, ampliando o conceito de necessidades especiais, pois inclui não só as pessoas de deficiências, mas os que apresenta alguma dificuldade temporária. Segundo a Declaração de Salamanca (1994):

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca 1994, p.16).

A Declaração de Salamanca (1994) representa um marco pela construção de uma educação especial inclusiva para todos/as. Por muito tempo existiu o modelo educacional de segregação e exclusão, onde as pessoas com deficiências eram segregados/as e discriminados/as. Com o surgimento da Declaração passaram a ser reconhecidos como seres humanos que, acima de tudo, necessitam de respeito e boa educação. As políticas educacionais estabelecem uma educação sem discriminação, igualdade de direito entre as pessoas, assegurando respeito a todas as diferenças independentes de suas dificuldades individuais.

Um dos grandes motivos para o novo cenário da educação inclusiva ser reconhecida mundialmente se deu em função da referida Declaração de Salamanca de 1994, a qual foi elaborada na cidade de Salamanca (Espanha), com a urgência de inclusão de crianças, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro do sistema regular de ensino. Esse documento foi criado com o intuito de apontar os países que tinham necessidade de

desenvolver políticas públicas que atendessem todas as pessoas de modo igualitário, sem levar em conta as condições sociais, pessoais e econômicas.

Nessa perspectiva, uma escola que progride nesse caminho de inclusão será uma escola que estabelecerá convivência entre quem é considerado “normal” e os que necessitam de atendimento educacionais. Neste viés, a Declaração de Salamanca (1994) estabelece:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, assim, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade (BRASIL, 2003, p.20). Faz-se necessário lembrar que a citada Convenção permite a acessibilidade das pessoas com deficiência, oferecendo a oportunidade de participarem e estarem engajadas dentro da sociedade em igualdade de condições com os demais. A citada convenção salienta:

O propósito da presente Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (BRASIL, 2003. p 27).

É dever da escola promover uma educação inclusiva, que possibilite a todos/as alunos/as uma-educação de qualidade, para que assim possam desenvolver saberes juntos, visto que, uma escola inclusiva é o caminho mais adequado para a estruturação da solidariedade entre crianças com e sem deficiência. Nesta perspectiva, a Declaração de Salamanca salienta:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de

serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 05).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) afirma que não devemos entender a deficiência dentro de uma concepção puramente médica, associando-a a doença, mas considerando-a como uma característica, dentre tantas outras, que uma pessoa possui. O documento afirma que:

Esta concepção traduz a noção de que a pessoa, antes de sua deficiência, é o principal foco a ser observado e valorizado, assim como sua real capacidade de ser o agente ativo de suas escolhas, decisões e determinações sobre sua própria vida. Portanto, a pessoa com deficiência, é, antes de mais nada, uma pessoa com uma história de vida que lhe confere a realidade de possuir uma deficiência, além de outras experiências de vida, como estrutura familiar, contexto sociocultural e nível econômico. E como pessoa, é ela quem vai gerir sua própria vida, mesmo que a deficiência, ou física, ou sensorial, ou intelectual, imponha limites. (BRASIL, 2007, p. 28).

A incapacidade que é atribuída às pessoas com deficiências surge em razão de preconceitos, capacitismo, sendo essas pessoas discriminadas dentro de determinados espaços sociais. No entanto, enquanto as pessoas com deficiência estiverem restringidas da participação social e do acesso à informação e a comunicação, menor será a possibilidade de usufruir plenamente de seus direitos enquanto pessoa humana. Conforme mencionado na Lei:

Uma sociedade, portanto, é menos excludente, e, conseqüentemente, mais inclusiva, quando reconhece a diversidade humana e as necessidades específicas dos vários segmentos sociais, incluindo as pessoas com deficiência, para promover ajustes razoáveis e correções que sejam imprescindíveis para seu desenvolvimento pessoal e social. (BRASIL, 2003, p 30).

A inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) está associada ao desenvolvimento de uma sociedade para todos, contudo os alvos de mudança serão os ambientes sociais e não as pessoas. Respalhando ótica de Mantoan (2022), quando ela aborda a concepção social da deficiência, ver a deficiência como algo social e não discriminatório. Esse modelo social promove uma transformação na base do ensino, na qual leva-nos entender que só existe barreira se a deficiência segregar de pessoas, se as próprias pessoas agirem com exclusão. O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, o respeito pelas

capacidades de desenvolvimento de crianças com deficiência devem ser de suma importância e respeitadas em qualquer ambiente.

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), concede-se a todas as pessoas com deficiência o direito ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino ao longo dos anos, tornando-se dever do Estado, da família e sociedade assegurar uma educação de qualidade, como citado no trecho:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: O - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] (BRASIL, 2015, p. 9).

Falar de oportunidades iguais, resulta na elaboração de circunstâncias diversificadas, respeitando a necessidade de cada pessoa, uma vez que é por meio da educação que ocorre as transformações sociais. Uma educação entendida como direito e não como favor, é a base para construção da educação inclusiva. A seguir são apresentados os objetivos desta pesquisa.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Este projeto de pesquisa tem como finalidade identificar quais e/ou que tipos de barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem Deficiências/ Transtornos junto ao Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção (CE).

4.2 Objetivos Específicos

a) Mostrar como se dá o processo de inclusão das crianças com Deficiência/transtorno junto ao Ensino Fundamental I de uma escola municipal.

b) Evidenciar como funciona o processo de ensino-aprendizagem voltado aos/às estudantes com Deficiências/Transtornos junto ao Ensino Fundamental I da escola Dr Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção (CE).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Conforme Gil (1999), pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social Gil (1999).

Desta maneira a pesquisa se apresenta de forma qualitativa, pois segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Contudo, Silva (2022) afirma que:

(...)trabalhando com esse método o/a pesquisador/a tem a oportunidade de ir a campo e realizar a sua pesquisa com o grupo/público alvo, e assim, colher os seus dados através das perceptivas dos/as próprios/as, levando em conta a qualidade das informações, e não a quantidade/números. (Silva ,2022, p.23)

A pesquisa qualitativa apresenta-se como principal foco para entender, interpretar informações, diálogos e entrevistas com participantes. Partindo desta perspectiva, neste trabalho, são utilizados dados qualitativos na construção do objeto de pesquisa. Através de aplicação de questionários junto a docentes e gestão escolar intento identificar, ainda que de modo exploratório, quais as principais barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem Deficiências/transtornos junto ao Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção (CE).

5.1 Local da Pesquisa

Figura 1 - Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira



Fonte: Autora (2023)

A pesquisa será realizada na Escola Dr Edmilson Barros de Oliveira, localizada na cidade de Redenção (CE). Instituição localizada à rua Castro Alves S/N, no bairro Centro Comunitário, próximo a Secretaria de Educação. A escola funciona em dois turnos, manhã e tarde, ofertando o Ensino Fundamental I. Distribuindo no turno da manhã alunos/as do 1º ano ao 3º ano e a tarde do 4º ao 5º ano.

A Escola foi construída em 25 de março de 1988, no mandato do prefeito Sebastião Paulino de Freitas. O prédio passou por mudanças para se transformar em escola, já que antes funcionava um centro Social Urbano, conhecido como centro comunitário. Atualmente a escola atende as seguintes localidades: Outeiro e Oiticica, Alto da Santa Rita, Alto da Bela Vista, Alto Cassiano e Alto Santo Antônio, Boa Fé, Conjunto Sebastião Paulino Freitas (PROURB), e Municípios de Acarape.

O nome da escola é uma homenagem a um médico oftalmologista Dr. Edmilson Barros de Oliveira muito importante na cidade, pois foi membro da sociedade de Oftalmologista do Ceará, presidente do Centro Médico Cearense, exercendo atividades Políticas Partidárias no Estado. Logo quando iniciou, a escola teve como diretora a professora Rocicler Oliveira da

Silva. No ano de 2002, conseguiu o credenciamento e se tornou reconhecida para o funcionamento junto ao Conselho de Educação do Estado do Ceará.

A instituição, ao longo do seu desenvolvimento, passou por mudanças, logo no início contou com a participação de vários/as alunos/as. Algumas turmas ficaram lotadas na Escola Estadual Adolfo Ferreira Souza e, assim, surgiu a necessidade de criar outra escola para dar suporte, tendo a mesma recebido o nome de Maria Augusta Russos dos Santos, devido à homenagem a uma professora muito importante de Redenção (CE).

Em 2010, a escola passou a atender o fundamental I e II e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2012, a escola Maria Augusta deixou de fazer parte da escola Edmilson Barros e ficou com o Fundamental II voltada aos/as estudantes do 6º ao 9º, já a Escola Edmilson Barros com o fundamental I, alunos/as do 1º ao 5º, ambas com ensino regular, e sendo acompanhados pelo Centro de Educação Especializado (CEE), localizado na Escola Maria Augusta.

A referida escola conta com a estrutura física de: 13 salas de aula, 1 Sala de professores, 1 Cozinha, 1 Sala de leitura climatizada, 1 Sala de secretaria, 1 sala de informática, Banheiros com chuveiros, 1 Despensa, Pátio coberto, Pátio descoberto. Ainda possui os seguintes equipamentos: Impressora, Aparelho de som, Projetor multimídia (Datashow) e computadores. A escola conta com 17 professores/ as, sendo 14 mulheres e 3 homens, todos/as atuando em sala de aula, contudo uma professora de sala de leitura se ausentou por problemas de saúde e 03 (três) estão em licença médica. A grande maioria dos/as docentes passaram a atuar nessa escola no ano de 2021 e apenas 03 (três) são veteranos/as. Todos/as possuem formação superior, alguns com pós-graduação. Totalizando na faixa de 16 funcionários/as ao todo, incluindo 02 (dois) vigias, 02(duas) auxiliares de administração, 06 (seis) funcionários/as de serviço geral e 01 (uma) secretaria escolar. A escola possui uma diretora, com mais de 04 (quatro) anos de atuação, com ensino superior e pós-graduação, além de contar também com uma coordenadora pedagógica, ambas com o mesmo ano de atuação na escola.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (2022), estão matriculados na escola 326 estudantes, sendo que 163 são do sexo masculino e 164 são do sexo feminino. Existe grande diversidade de raça, pardos, negros e brancos. São 13 turmas ao todo, sendo distribuídas 09(nove) turmas pela manhã do 1º ao 3º de 7:00 às 11:00 e 04(quatro) turmas pela tarde do 4º ao 5º ano no horário de 13:00 às 17: 00. As deficiência e/ou transtorno, sendo eles: Autismo infantil, Distúrbio de Conduta e Transtornos psicológicos, Transtorno de Conduta não Especificado e Transtornos Psicológicos não Especificado, Transtornos Globais do Desenvolvimento, outros Transtornos do Encéfalo, Distrofia Muscular, Transtornos

Psicológicos Grave e Microcefalia, Distúrbio Desafiador, Transtornos Globais não Especificado do Desenvolvimento. Contudo o PPP (2022) da escola salienta que:

A escola também tem um desafio de ser um ambiente que propicie a inclusão de crianças com deficiência, demanda essa que se apresenta de forma crescente nos últimos tempos. Para auxiliar a essas crianças a SME disponibiliza cuidadores para as crianças que são ajudadas por uma Neuropediatra. Depois do atendimento dessa consulta, eles são atendidos no NAPE - Núcleo Atendimento Psicossocial e Educativo. Para aqueles que não acompanham os conteúdos, os professores elaboram atividades específicas. (PPP, 2022. p 03).

Dessa maneira, Mantoan (2022) diz que um PPP aceitável será aquele que inclui toda a realidade envolta daquela escola e as necessidades educacionais dos alunos e equipe:

Ele deve esclarecer, as demandas coletivas e, também os serviços, recursos participação e estratégias que implica no atendimento individualizado daqueles estudantes que tem direito ao AEE, considerando suas necessidades formativas. Um bom PPP considera, como meta, fazer da escola um lugar que acolhe indistintamente cada aluno. (MANTOAN, 2022, p.42)

Uma proposta inclusiva requer meios inclusivos, então é necessária uma ligação com todos os setores da sociedade. A ideia primordial de uma escola inclusiva é não selecionar alunos/as em função de sua deficiência e sim permitir que seja um ambiente de elaboração e construção de conhecimento, não um local de segregação.

5.2 Instrumento utilizado para a coleta de dados exploratórios primários.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Dessa forma, a pesquisa dá ênfase à realidade que está contida no ambiente pesquisado, permitindo ao pesquisador uma observação minuciosa da autenticidade das crianças com deficiência.

Para realização de estudo exploratório em campo, foram realizadas observações em sala de aula e aplicados questionários junto a professores da instituição escolar. O intuito do estudo foi observar como se dá o processo de inclusão dos alunos/as com deficiências/transtorno em sala de aula, bem como a participação da família no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Desse modo, algumas informações foram e colhidas

preliminarmente, cotejando com pesquisa bibliográfica e com a análise de documentos e leis relativos a Educação Inclusiva.

5.3 Análise preliminar de dados primários.

Com o objetivo de coletar dados exploratórios este projeto de pesquisa, utilizou-se questionários, como os mencionados no Anexo 1 e 2, aplicando junto a 7 (sete) professores e 1 (um) gestão escolar de uma escola pública de modalidade regular de ensino fundamental I. O instrumento teve como ponto de partida as vivências cotidianas de professores que atuam com alunos com deficiências/transtornos na e visa saber como ocorre o processo de ensino e aprendizado no ambiente escolar, bem como o processo de inclusão neste espaço, com o apoio da família.

5.4 Resultado dos dados exploratórios

A coleta de dados preliminares para o projeto de pesquisa ocorreu nos dias 12, 13 de abril de 2023, por meio da aplicação de questionários e observações de professores em sala de aula com alunos do ensino regular e fundamental I da escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira. Foram aplicados 8 (oito) questionários contando 1 (um) com a Gestão Escolar, e 7 (sete) professores. *Foi perguntado aos professores/as como o corre o processo de inclusão em sala de aula de alunos que possuem algum tipo de deficiências/transtornos.*

As respostas que obtidas foram bem diversificadas. Alguns professores citaram o processo ocorre naturalmente, ou seja, quando os alunos chegam na escola, junto com a matriculas vem um relatório. A partir deste documento, o professor/a pode tomar algumas medidas para adaptar o currículo, se for necessário. Já outros professores responderam que o processo ocorre contínuo em sala, incentivando as participações das atividades desenvolvidas, mesmo sabendo suas limitações. Uma professora citou que:

Eu costumo a partir dos testes de leituras ver o grau de desenvolvimento do estudante e a preparar uma atividade de acordo com seu nível de aprendizagem, a criança da minha turma ela acompanha a turma, então com ela tem sido fácil a inclusão e com o apoio do cuidador faz total diferença. (Marina, escola de ensino fundamental)

Segundo outra resposta obtida por meio de questionário de perguntas abertas o processo de inclusão de aluno/as com deficiência/transtorno ocorre de forma simples e acessível, onde se faz uso de materiais pedagógicos lúdicos e concretos para facilitar e incluir

a criança de maneira direta no ambiente escolar desenvolvendo, construindo e ampliando seus conhecimentos socialmente e culturalmente, procurando ainda mais fazê-los a participarem das aulas junto com os outros alunos.

A segunda questão do questionário trata sobre *como se dá a participação da família no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem de alunos/as com algum tipo de deficiências/transtornos*.

Sobre essa questão, observa-se dois contextos diferentes em relação ao apoio da família, pois algumas professoras relataram que a escola recebe a família como parceira, no processo de aprendizagem e desenvolvimento e incentivando as crianças: “A mãe da minha aluna é uma mãe que acompanha o filho e sempre quer saber como ela anda na escola e o que fazer para melhorar na sua aprendizagem” (relato de uma mãe, 2023). Já outras professoras relatam que a família só se limita a questão física da criança, deixando o ensino e a aprendizagem com a escola, dificultando, pois a criança precisa do apoio desses familiares. Alguns familiares passam por dificuldades financeiras, que acabam deixando o processo de ensino e aprendizagem de lado e o desejo de ajudar e incluir o próprio filho. Dependendo do grau de escolaridade da família elas acompanham, sugerem, verificam atividades, já outros só mandam as crianças para a escola, até os atendimentos no NAPE é preciso que a escola esteja ligando, não demonstrando nenhum envolvimento (relato da Gestão Escolar, 2023).

Entende-se que o processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiências/transtornos precisa ser aprimorado e ressignificado todo dia, aplicados de maneira inclusiva dentro do espaço escolar. Para tanto, necessário se faz uma ampliação do olhar e reflexão crítica por meio da pesquisa científica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiências/transtornos precisa ser aprimorado e ressignificado todo dia, aplicados de maneira inclusiva dentro do espaço escolar. Para tanto, é necessário se fazer uma ampliação do olhar e reflexão crítica por meio da pesquisa científica. Além do mais percebe-se uma falta de entendimento e dificuldade de inclusão dentro das Instituições escolares, cabe às pessoas serem mais inclusivas e promover, recriar uma sociedade com uma política universalizante.

Uma escola inclusiva que promove a inclusão e a diversidade tem o dever de acolher todos os alunos independentemente de possuir deficiência ou não, ser inclusiva não define as mesmas características físicas, psicológicas para todos os alunos, mas sim, cuidar de forma igualitária

com as mesmas didáticas, metodologia que incentive a criança a participar da aula/brincadeira. Incluir possibilita a criança a sentir-se acolhida por todos, e não em um ambiente de rejeição.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar. In: In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). **Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb.2020. p. 181-202.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 dezembro. 2022.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 maio. 2023.

_____. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro De 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 maio. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CROSARA, Ana Paula; VITAL, Flavia Maria de Paiva. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

EGLÉR, Teresa. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes Necessários à prática educativa. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Pedro Benjamin. Paradigmas em crise e a educação. *In*: BRANDÃO, Zaia (org.) **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo. 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Vanja Mara Barbosa da. **A diversidade em sala de aula: um desafio sempre atual**. Buritis – MG, 2015

VYGOTSKY, Lev. A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e pesquisa**. São Paulo. V 3, n.4, dezembro. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio. 2023.

ANEXOS

Anexo A – Questionário 01 (Docentes)

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - DOCENTE

1 IDADE:

2 SEXO: () FEMININO () MASCULINO

3 FORMAÇÃO _____

4 PROFESSOR/A EFETIVO? () SIM () NÃO

4.1 HÁ QUANTO TEMPO ATUA NESSA ESCOLA?

II - QUESTIONÁRIO

1- Qual a sua experiência quando o assunto é Educação Inclusiva?

2- Na sala de aula que você atua tem alunos/as com algum tipo de deficiência/transtorno? Se sim, quais?

() Sim () Não

2.1 - Se você respondeu Sim na questão anterior, relate como tem sido sua experiência junto a esses/as estudantes?

2.2- Se você respondeu Sim na questão anterior, explique como é o processo de inclusão na sala de aula de aluno/as que têm algum tipo de deficiência/transtorno?

2.3- Se você respondeu Sim na questão anterior, explique como ocorre o Apoio Pedagógico da Gestão Escolar para o seu trabalho docente?

2.4 - Explique como ocorre o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto a esses/as estudantes?

2- Como se dá a participação da família, no que refere ao processo de ensino-aprendizagem, dos alunos/as que têm algum tipo de deficiência?

4- Como se dá a relação dos/as cuidadores/as com os/as estudantes com necessidades específicas (deficiência/transtorno)?

Anexo B – Questionário 02 (Gestores)

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - GESTÃO ESCOLAR

1 IDADE:

2 SEXO: () FEMININO () MASCULINO

3 FORMAÇÃO _____

4 PROFESSOR/A EFETIVO? () SIM () NÃO

4.1 HÁ QUANTO TEMPO ATUA NESSA ESCOLA?

5- QUE CARGO DA GESTÃO ESCOLAR VOCÊ OCUPA?

5.1 - HÁ QUANTO TEMPO?

II - QUESTIONÁRIO

1- Qual a sua experiência quando o assunto é Educação Especial Inclusiva?

2 - Sobre o processo de Educação Especial Inclusiva, a escola obedece às determinações legais?

() Sim. Explique

() Parcialmente. Explique.

() Não. Explique.

3 - Como se dá a participação da família, no que refere ao processo de ensino-aprendizagem, de alunos/as com algum tipo de deficiência/transtorno?

3- Quais as ações que a Gestão Escolar tem realizado no sentido de garantir a inclusão desses/as estudantes?

5-Explique como ocorre o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto a esses/as estudantes?

6- Como se dá a relação dos/as cuidadores/as com os/as estudantes que têm algum tipo de necessidade específica?
